



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.829

O Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na forma do disposto no Parágrafo Único do Art. 46 do Regimento Interno, e,

CONSIDERANDO que a criação das Inspetorias Regionais deste Tribunal, autorizada pela Resolução nº 595/86, objetivou descentralizar e dinamizar as atividades próprias desta Corte de Contas, particularmente quanto à orientação, esclarecimentos e fiscalização, das contas públicas municipais de sua competência;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 5.736, de 19 de novembro de 1998;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor adequar a distribuição dos Municípios alocados nas respectivas Regionais;

CONSIDERANDO o objetivo da proposição apresentada pelo Conselheiro Presidente, em sessão desta data, e aprovada por votação unânime, nos termos da ata da sessão.


R E S O L V E:

I - Incorporar a Inspetoria Regional de Óbidos, 8ª Região à Inspetoria Regional de Santarém, 6ª região;

II - Excluir a Inspetoria Regional de Óbidos, da competência atribuída pela Resolução nº 5.736, item I;

III - Restabelecer as áreas de jurisdição das Inspetorias Regionais de acordo com o anexo I desta Resolução.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 25 de março de 1999.


Conselheiro **Ronaldo Passarinho**
Presidente



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.829

ANEXO I:

1ª Região - BELÉM: Ananindeua, Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Benevides, Bujaru, Cametá, Concórdia do Pará, Goianésia do Pará, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Marituba, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, São Sebastião da Boa Vista, Santa Bárbara do Pará, Tailândia, Tomé-Açu, Breves, Afuá, Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Pacajá, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

2ª Região - CASTANHAL: Colares, Curuçá, Inhangapi, Igarapé-Açu, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Santo Antônio do Tauá, Santa Izabel do Pará, Terra Alta, Vigia, Santa Maria do Pará, São Miguel do Guamá e Irituia.

3ª Região - CAPANEMA: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Viseu, Capitão Poço, Garrafão do Norte e Ourém.

4ª Região - PARAGOMINAS: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará, Ulianópolis, Mãe do Rio e Nova Esperança do Piriá.

5ª Região - ALTAMIRA: Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

6ª Região - SANTARÉM: Almeirim, Aveiro, Belterra, Itaituba, Jacareacanga, Monte Alegre, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão, Óbidos, Alenquer, Curuá, Faro, Juruti, Oriximiná e Terra Santa.

8ª Região: Incorporada à 6ª Região.

9ª Região - MARABÁ: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Palestina do Pará, Parauapebas, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Tucuruí e São Geraldo do Araguaia.

PP

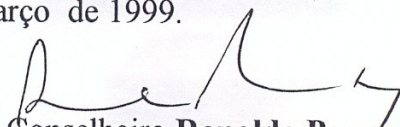


ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 5.829

10ª Região - CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA: Água Azul do Norte, Bannach, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção do Pará, Rio Maria, Sapucaia, Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu, Tucumã e Xinguara.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 25 de março de 1999.


Conselheiro **Ronaldo Passarinho**
Presidente